

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.038 - PB (2018/0294743-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : ENOS ABDA SILVA SANTOS FURTADO
ADVOGADO : GENIVANDO DA COSTA ALVES - PB009005
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por ENOS ABDA SILVA SANTOS FURTADO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (HC n. 0804783-81.2018.8.15.0000).

Depreende-se dos autos que o recorrente foi denunciado pelo crime de denúncia caluniosa.

O Tribunal de origem denegou a ordem de *habeas corpus* que visava ao trancamento da ação penal por falta de justa causa. Eis a respectiva ementa (e-STJ fls. 139/140):

HABEAS CORPUS - 1. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL - AUSÊNCIA DE COMPROVADA ATIPICIDADE DA CONDUTA, EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE OU JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DA PERSECUTIO CRIMINIS - EXCEPCIONALIDADE NÃO VERIFICADA - 2. CRIME DE DENÚNCIAÇÃO CALUNIOSA - ALEGATIVA DE AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO DO AGENTE - IMPEDIMENTO DE ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES - APROFUNDADO EXAME DO ACERVO PROBATÓRIO - INVIABILIDADE NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS 3. DENEGAÇÃO.

1. "A orientação jurisprudencial do STF é no sentido de que o trancamento da ação penal, por meio do habeas corpus, só é possível quando estiverem comprovadas, de plano, a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou a evidente ausência de justa causa" (STF - HC 155600 AgR, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 31/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-194 DIVULGAÇÃO 14/09/2018 PUBLICAÇÃO 17/09/2018)

2. Cuidando-se cuida-se o habeas corpus de procedimento célere e de cognição sumária, que não comporta o exame aprofundado do acervo probatório para incursões acerca de elemento subjetivo e normativo do tipo. Desse modo, a tese defensiva de ausência de dolo e de indícios de autoria, apta a ensejar o trancamento da ação penal em que responde o paciente pelo delito de denúncia caluniosa, deve ser aferível sem esforço interpretativo, sob pena de se realizar um julgamento antecipado do mérito, sem instrução probatória, o que não é, sem dúvidas, a hipótese dos autos.

3. *Habeas corpus* denegado.

No presente recurso, o recorrente postula o trancamento da ação penal por falta de justa causa e, alternativamente, a suspensão do feito.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pelo impetrante, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, bem como o envio das decisões proferidas nos autos da ação penal, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

